

Kingsley Davis

POLÍTICA POPULACIONAL: OS PROGRAMAS ATUAIS TERÃO SUCESSO?

*São considerados os motivos que levam a se duvidar
da eficácia demográfica do planejamento familiar.*

10 novembro 1967

1) Introdução.

Foi suficiente que o planejamento familiar fosse definitivamente reconhecido como um direito humano básico para que no cenário das discussões a respeito das questões populacionais surgisse ostensivamente uma nova concepção para esta problemática. A nova concepção estava amadurecendo desde 1950 nos diversos centros de estudos e pesquisas sobre demografia e população e no interior das entidades voltadas para o trabalho com a problemática do planejamento familiar e da questão populacional. Quando, entre 1967 e 1968, ela finalmente aflorou no cenário político, já não constituía algo realmente novo. O que havia de novo era que, devido à maior radicalidade desta concepção sobre a natureza do problema populacional e de suas soluções, estava-se esperando, para que ela pudesse entrar abertamente no cenário político, que as prevenções contra a idéia do planejamento familiar estivessem definitivamente superadas.

A primeira manifestação explícita de importância deste novo enfoque para a questão populacional parece ter ocorrido com a publicação, a 10 de novembro de 1967, na revista *Science*, de um trabalho questionando os programas então vigentes de política populacional. Seu autor era o professor **Kingsley Davis**, diretor do *Centro Internacional de Pesquisas Populacionais e Urbanas* da Universidade da Califórnia em Berkeley. Este artigo era um resumo de um trabalho apresentado em 14 de março do mesmo ano no encontro anual do *National Research Council*.

A publicação deste trabalho foi um marco importante pela própria qualidade do mesmo, pela importância da *Science* em que foi publicado, assim como pela polêmica e pelas conseqüências que causou. O trabalho foi repetidamente citado por outros que se lhe seguiram, e marcou o início de uma série de outros que adotaram a mesma perspectiva. Fêz com que o presidente do Conselho Populacional dedicasse um número inteiro de um dos órgãos oficiais daquela entidade apenas para oferecer uma réplica à sua argumentação; mas o conteúdo desta réplica é outro indício da importância do trabalho publicado na *Science*. Posteriormente o Conselho Populacional fêz publicar a mesma réplica, já publicada em seus periódicos, para maior, repercussão, na revista *Science*. Também o presidente do Serviço Populacional da USAID publicou outra réplica oficial ao trabalho, desta vez em nome do governo federal americano, na mesma revista *Science*. Esta

réplica tornou a ser republicada posteriormente em outros periódicos, e novamente o seu conteúdo mostra a importância que se atribuiu ao trabalho original. Logo em seguida a IPPF passou a pronunciar-se oficialmente alinhando-se com as idéias básicas contidas neste trabalho, e mais adiante, a orientação geral de todas as agências envolvidas com planejamento familiar, demografia e aborto passaram a seguir cada vez mais ostensivamente as linhas gerais das recomendações do seu autor. Isto ocorria porque o que afluía neste trabalho não eram idéias pessoais de um autor, mas uma concepção sobre as questões populacionais já madura na comunidade científica e que estava apenas esperando o momento oportuno para se manifestar mais claramente e passar a exigir uma aceitação mais explícita por parte dos que detinham o poder político e o controle das agências envolvidas com o aborto e planejamento familiar.

A seguir examinaremos, com algum detalhe o conteúdo do trabalho de Kingsley Davis, após o que faremos alguns breves comentários.

2) *Resenha do trabalho de K. Davis.*

Com o título de "*Política Populacional: os programas atuais terão sucesso?*", e o subtítulo "*são considerados os motivos que levam a se duvidar da eficácia demográfica do planejamento familiar*", Kingsley Davis publicava na *Science* uma extensa argumentação exigindo, em nome da eficácia, uma maior radicalidade das políticas populacionais.

"Em todas as épocas da história", diz o professor Davis, "o crescimento populacional foi identificado com a prosperidade e a força. Se hoje em dia um número cada vez maior de nações está tratando de limitar o crescimento rápido de sua população através da redução de suas taxas de natalidade, elas devem estar sendo levadas a isto por uma crise urgente. Não é o meu propósito discutir aqui a crise em si mesma, mas sim avaliar as medidas atuais e vindouras empregadas para resolvê-las.

O alívio que se experimenta porque *'enfim está-se fazendo algo'* não é nenhuma garantia de que este algo seja adequado. Com é bem sabido, *'planejamento familiar'* é um eufemismo de anticoncepcionismo. De onde que se conclui que a técnica de limitação demográfica conhecida como planejamento familiar se concentra no fornecimento de anticoncepcionais novos e eficientes em escala nacional através de programas maciços patrocinados pelos organismos de saúde pública.

Curiosamente, é difícil encontrar no movimento da política demográfica alguma discussão explícita sobre objetivos de grande alcance. Por inferência, as políticas parecem prometer muito. Isto se demonstra pelo uso de expressões como *'controle demográfico'* e *'planejamento demográfico'*. Parece dar-se por certo que o planejamento familiar possa resolver o problema do crescimento demográfico. Mas os termos controle demográfico e planejamento demográfico são enganosos quando os empregamos como sinônimos dos programas atuais de planejamento familiar, coisa que ocorre

freqüentemente. Tecnicamente, significariam uma influência premeditada em todos os atributos de uma população, inclusive sua estrutura por idade e sexo, distribuição geográfica, composição racial, qualidade genética e tamanho total. Nenhum governo está tentando exercer um controle tão completo. Por acordo tácito, as políticas demográficas atuais se ocupam apenas do crescimento e do tamanho das populações. Estes atributos, entretanto, resultam da taxa de mortalidade e migração assim como também da taxa de natalidade: para controlá-los seria necessário influir premeditadamente nos fatores que produzem estes três determinantes. Na realidade, as políticas atuais classificadas como controle demográfico não se ocupam da mortalidade, e nem da migração, mas apenas da parcela proveniente da contribuição das taxas de natalidade. Isto explica porque se emprega freqüentemente outro termo, controle de fecundidade, para descrever as políticas atuais. Porém, como será demonstrado mais adiante, o planejamento familiar, e portanto, a política atual, não tenciona influir na maioria dos determinantes da reprodução humana. Conseqüentemente, estes programas não devem ser classificados como controle demográfico ou planejamento demográfico, porque não tencionam influir nos fatores responsáveis pelos atributos das populações humanas, tomados de forma geral; nem tampouco deveriam chamar-se de controle de fecundidade, porque também não tratam de afetar a maioria dos determinantes das funções reprodutoras. Os programas atuais parecem dirigir-se simplesmente a alcançarem uma redução da taxa de natalidade.

O objetivo da Coréia é, por exemplo, a redução do crescimento demográfico de 2,9% ao ano para 1,2% ao ano em 1980. Uma característica significativa de tais objetivos declarados é o rápido crescimento demográfico que eles permitiriam. Um ritmo de crescimento de 1,2% ao ano levaria à duplicação da população já densa da Coréia em menos de 60 anos.

Pode-se certamente defender estes programas dizendo que os objetivos e medidas atuais são meramente interinos. Um ponto de partida deve ser posto em algum lugar. Mas não encontramos esta resposta na literatura sobre política demográfica. Semelhante defesa, para ser convincente, requereria uma apresentação dos passos seguintes e estes não são considerados. Suspeita-se que toda a questão dos objetivos é deixada vaga instintivamente porque uma limitação profunda do crescimento demográfico iria contra as muitas aspirações nacionais e de grupos.

Uma consideração sobre objetivos hipotéticos lança mais luz sobre a questão. Já que as políticas atuais se limitam ao planejamento familiar, seu efeito demográfico máximo consistiria em oferecer aos países subdesenvolvidos o mesmo nível de reprodução que tem atualmente as nações industrializadas. Mas as nações industrializadas não proporcionam nem um modelo demográfico conveniente, para que o sigam os povos não industrializados, nem uma norma para planejar e organizar políticas efetivas de controle populacional para os mesmos. Os países industrializados, orientados há muito tempo no sentido do planejamento familiar, proporcionam um bom medidor para determinar o que a disponibilidade de anti conceptivos pode fazer ao crescimento da população.

Entre as nações adiantadas existe uma diversidade considerável no nível de fecundidade. Entretanto, estas diversidades aparentes em grande parte são coisas de momento. Os índices de natalidade da maioria destes países demonstra, desde aproximadamente 1940, um movimento ondulante, sem nenhuma tendência secular. O nível médio de reprodução, durante este período, tem sido suficientemente alto para dar a estes países, com sua baixa mortalidade, um crescimento demográfico extremamente rápido. Se este nível se mantiver, sua população duplicará em pouco mais de cinquenta anos, o que constitui um ritmo de crescimento mais acelerado do que o crescimento demográfico mundial em qualquer momento anterior a 1950, quando já se considerava fantástico o aumento do número de seres humanos. As nações adiantadas estão sofrendo de forma aguda os efeitos do rápido crescimento populacional em combinação com a produção sempre maior de bens por pessoa. Uma proporção crescente de sua renda per capita supostamente alta, que em si mesma repousa cada vez mais sobre os recursos dos países subdesenvolvidos, os quais caem para mais distantemente atrás em posição econômica relativa, é gasta simplesmente para fazer frente aos custos e aliviar as doenças ocasionadas pela produção implacável de mais e mais bens entre mais pessoas. Tais fatos indicam que as nações industrializadas não proporcionam nem um modelo demográfico conveniente para que o sigam os povos não industrializados, nem uma norma para o planejamento e a organização de políticas eficazes de controle populacional para eles.

A maioria das discussões sobre a crise demográfica conduzem logicamente ao crescimento zero como objetivo final, porque qualquer ritmo de crescimento, se contínuo, acabará por esgotar a terra. Sem dúvida, entretanto, os argumentos a favor de políticas demográficas quase nunca levam em conta tal objetivo, e as políticas atuais nem sequer sonharam com ele. Por que não? A resposta é, evidentemente, que o zero de crescimento demográfico é inaceitável para a maioria das nações e para a maioria das comunidades religiosas e atinentes.

Peculiaridades dos objetivos inerentes ao planejamento familiar.

Não é sensato utilizar o planejamento familiar para proporcionar o controle demográfico, o planejamento demográfico nacional. O "planejamento", no planejamento familiar, é aquele de cada casal individual. O único controle que eles exercem é o controle do tamanho de sua família. Obviamente os casais não planejam o tamanho da população da nação, como tampouco planejam o crescimento da renda nacional ou da forma da rede de ferrovias. Não existe razão para se esperar que as milhões de decisões a respeito do tamanho da família tomadas por casais em seu próprio interesse controlem automaticamente a população em benefício da sociedade. Muito pelo contrário, existem boas razões para se pensar que não o farão. Quando muito, o planejamento familiar pode reduzir a reprodução ao ponto em que os nascimentos excedam os nascimentos desejados.

Na realidade, o movimento do planejamento familiar não persegue nem sequer os objetivos limitados que proclama. Não habilita plenamente os casais para terem somente o número de filhos que desejam porque ou condena ou faz caso omissivo de certos meios efetivos mas sujeitos a um tabú para o alcance deste objetivo. Um de seus preceitos é

que *"haverá liberdade na escolha de métodos, de maneira que os indivíduos possam escolher de acordo com os ditames de sua consciência"*, mas na prática isto equivale a limitar a escolha do indivíduo, porque a *"consciência"* que dita o método não costuma ser a sua mas sim a dos funcionários religiosos e governamentais. Ademais, nem todos os indivíduos podem escolher: até os chamados métodos recomendados não são oferecidos geralmente a mulheres solteiras, e nem todos eles são oferecidos a mulheres que professam determinada religião. Desta maneira, apesar da ênfase na tecnologia, a política atual não utiliza todos os meios anticoncepcionais disponíveis e muito menos todos os meios de controle da natalidade.

Uma limitação mais grave sobre os meios se encontra na ênfase exclusiva posta no próprio anticoncepcionismo. O aborto provocado, por exemplo, é um dos meios mais seguros de controlar a reprodução, e tal que foi demonstrado ser capaz de reduzir rapidamente os índices de natalidade. Parece particularmente adequado para a etapa inicial de um programa de controle demográfico. Foi o fator principal na redução de cinquenta por cento na taxa de natalidade japonesa, um fator principal na queda dos índices de natalidade da Europa Ocidental depois da legalização do aborto nos primeiros anos do decênio de 1950 e um fator importante na redução da fecundidade das nações em vias de industrialização entre 1870 e o decênio de 1930. Hoje em dia, segundo o *Studies in Family Planning*, *"o aborto é provavelmente o método principal de controle da natalidade em toda a América Latina"*. Não obstante, este método é rejeitado em quase todos os programas de controle demográfico nacionais e internacionais. A ajuda norte americana ao exterior se emprega na assistência para a prevenção do aborto. A ONU exclui o aborto do planejamento familiar e, de fato, justifica este último apresentando-o como um meio de combater o aborto. Estão sendo realizados estudos sobre o aborto na América Latina, sob o presumido patrocínio de grupos promovedores do controle populacional, não, porém, com a intenção de legalizá-lo, tornando-o desta maneira seguro, barato e acessível e assim mais eficaz para o controle demográfico, mas com a intenção declarada de reduzi-lo. Ainda que poucos prefeririam o aborto ao anticoncepcionismo eficaz, todos os demais fatores sendo idênticos, o fato é que ambos permitem que a mulher controle o tamanho de sua família. Por conseguinte, se o aborto permite que as mulheres tenham apenas o número de filhos que desejam, e se os promotores do planejamento familiar não defendem, e de fato condenam a legalização do aborto, estão negando com isto o preceito principal de seu movimento. A ironia da oposição ao aborto nos círculos promotores do planejamento familiar se nota nas discussões idiotas sobre se algum agente anticonceptivo, como por exemplo, o DIU, é ou não na realidade um agente abortivo. Um líder mexicano do planejamento familiar escreve:

"Um dos principais objetivos do nosso programa no México é a prevenção dos abortos. Se pudéssemos estar seguros de que o modo de ação do DIU não fosse a intervenção na nidação, poderíamos facilmente utilizar o método no México".

As questões sobre esterilização e as formas anti naturais de relações sexuais são recebidas geralmente por um tratamento de silêncio similar ou de desaprovação, ainda que ninguém

duvide da eficácia destes métodos em evitar a concepção. Não obstante as referências ao "*controle demográfico*", e ao "*controle da fecundidade*", que, supõe-se, significam a determinação de resultados demográficos por e para a nação em sua totalidade, o movimento concede o controle somente aos casais, e isto unicamente se empregarem os métodos anticonceptivos "*autorizados*".

O descuido da motivação.

Ao santificar a doutrina segundo a qual cada mulher deveria ter o número de filhos que deseja, e ao supor que se ela tivesse apenas este número, isto restringiria automaticamente o crescimento demográfico ao grau necessário, os líderes das políticas atuais evitam a necessidade de perguntar porque as mulheres desejam tantos filhos e como se pode influir sobre este desejo. Fornecidos às mulheres todos os meios, ainda permanecem as perguntas sobre quantos filhos os casais desejam e se este é o número indicado sob o ponto de vista do tamanho da população.

Os planejadores familiares não fazem caso omisso da motivação. Falam constantemente de "*atitudes*" e "*necessidades*". Mas apresentam a questão em termos da "*aceitação*" de métodos de controle da natalidade. No nível mais ingênuo, pressupõe que a falta de aceitação é uma função do método anticonceptivo em si mesmo. Isto reduz o problema dos motivos a uma questão tecnológica. A tarefa do controle populacional então se torna simplesmente a invenção de um instrumento que seja aceitável.

Suponhamos, porém, que a mulher não queira usar nenhum anticonceptivo até que tenha tido quatro filhos. Este é o tipo de pergunta que raramente se levanta na literatura sobre planejamento familiar. Nesta literatura o desejo de um número específico de filhos se toma como uma motivação completa, porque implica num desejo de controlar o tamanho da família. A mulher problema, do ponto de vista dos planejadores familiares, é aquela que quer "*os que vierem*", ou "*os que Deus mandar*". Sua atitude se interpreta como devendo-se à ignorância e aos "*valores culturais*", e a política julgada necessária para mudá-la é a "*educação*". Nenhuma compulsão poderá ser usada, porque o movimento está comprometido com a livre escolha, porém filmes sobre sexo, posters, histórias em quadrinhos, conferências públicas, entrevistas e discussões são permitidos. Estes proporcionam informações e supostamente modificam os valores ao eliminar superstições e demonstrar que a procriação irrefreada é prejudicial tanto à mãe quanto aos filhos. Considera-se que o esforço foi coroado de êxito quando a mulher decide que deseja apenas um determinado número de filhos e emprega um anticonceptivo efetivo.

Ao considerar as atitudes negativas em relação ao controle da natalidade como devidos à ignorância, apatia, e tradição conservadora, e a "*comunicação de massa*" como a solução aos problemas de motivação, os planejadores familiares tendem a fazer caso omisso da força e complexidade da vida social. Se fosse admitido que a criação e os cuidados para com novos seres humanos são socialmente motivados, como outras formas de comportamento, por fazerem parte de um sistema de recompensas e castigos que é inerente às relações humanas, e assim ligados aos interesses econômicos e pessoais do

indivíduo, seria aparente que a estrutura social e a economia devem modificar-se antes que se possa alcançar uma redução premeditada no índice de natalidade. Na situação atual, confiar no planejamento familiar permite às pessoas acreditarem que *"algo está se fazendo para resolver o problema demográfico"* sem necessidade de dolorosas transformações sociais.

A classificação do controle demográfico como tarefa médica ou de saúde pública conduz a uma evasão semelhante. Esta classificação assegura o apoio popular porque põe política demográfica nas mãos de pessoal médico de respeito, porém, ao mesmo tempo, entrega a responsabilidade da liderança a pessoas que pensam em termos de clínicas e pacientes, de pílulas e de dispositivos intra uterinos, as quais levam à manipulação dos fenômenos sociais e econômicos uma ingenuidade muito segura de si. O estudo da organização social é uma especialização técnica. Um programa de ação baseado na intuição não apresenta maiores probabilidades de êxito no controle dos seres humanos que na área do controle das bactérias ou vírus. Ademais, a modificação de um sistema social por meio de política premeditada, a fim de regular os nascimentos de acordo com as demandas de bem estar coletivo, requereria poder político, e não é possível que o tenham funcionários dos departamentos de saúde, enfermeiras, parteiras e assistentes sociais. Deixar a política demográfica nas suas mãos é *"atuar"*, mas não *"atuar eficazmente"*.

Mudanças suficientemente básicas para afetar a motivação de ter filhos seriam mudanças na estrutura da família, no papel das mulheres e nas normas sexuais. Longe de propor medidas tão radicais, os porta vozes do planejamento familiar declaram com frequência que o seu propósito é a *"proteção"* da família, isto é, a observância mais estrita das normas familiares. Além disso, ao colocar maior ênfase nos anticoncepcionais novos e científicos, o movimento evade os tabus associados com os mais antigos e permite que o planejamento familiar se considere como um ramo da medicina; a superpopulação se transforma em doença, que se deve tratar com uma pílula ou espiral.

Percebe-se assim que a inadequacidade das políticas populacionais atuais em relação à motivação é inerente ao seu aspecto predominante de planejamento familiar. Já que o planejamento familiar é, por definição, planejamento particular, evita todo controle da motivação pela sociedade. Seus líderes, ao evitar as complexidades sociais e procurar a aprovação oficial, são obviamente levados a isto não apenas pela conveniência, mas também pelos seus próprios sentimentos como membros da sociedade e pelos seus antecedentes pessoais de atraídos ao movimento de planejamento familiar. Desconhecendo na maioria dos casos economia, sociologia e demografia técnica, tendem honrada e instintivamente a crer que algo que eles chamam de forma imprecisa de controle demográfico pode alcançar-se mediante a disponibilidade de melhores anticoncepcionais.

As provas da ineficácia.

Se esta discussão é correta, podemos concluir que os programas atuais não permitirão que os governos controlem o tamanho da população. Esta conclusão está confirmada pelos fatos demográficos. Conforme observado acima, o uso muito difundido

do planejamento familiar nos países industrializados não deu aos seus governos o controle da taxa de natalidade. Os principais "*êxitos*" citados na bem difundida literatura de política demográfica são casos em que é, na verdade, difícil demonstrar que as atuais políticas demográficas hajam sequer acelerado uma queda da taxa de natalidade, que é o mínimo que se poderia esperar.

Agora examinemos brevemente os fatos em relação aos níveis e tendências da população em países subdesenvolvidos em geral, a fim de entender a magnitude da tarefa do controle genuíno. Em estudo realizado em nossos escritórios de pesquisa na Universidade da Califórnia, em que se empregaram métodos de computação derivados da teoria das populações quase-estáveis, encontrou-se que a tendência recente ia para um aumento das taxas de natalidade em 27 países subdesenvolvidos, para o declínio em seis e para a ausência de modificação em um. O aumento generalizado da fecundidade nas regiões atrasadas se deve, ironicamente, às mesmas circunstâncias que provocaram a crise demográfica inicialmente: o melhoramento da saúde e a redução da mortalidade. Sua saúde melhorada aumenta a probabilidade de que a mulher conceba e retenha o feto até chegar ao término da gravidez. O declínio da mortalidade aumenta a probabilidade de seres que sobrevivam até a idade da reprodução e reduz a probabilidade de viuvez durante este período. O aumento geral da fecundidade está dando aos que tentam planejar a população uma tarefa mais difícil do que muitos já se deram conta. Uma parte da pressão que empurra as taxas da natalidade para cima é independente daquilo que fazem os casais em relação ao planejamento familiar, porque surge o fato de que, com o declínio da mortalidade, simplesmente existem mais casais.

Países subdesenvolvidos e políticas demográficas.

A seguir são analisados alguns casos típicos dos países subdesenvolvidos. É analisado primeiramente o caso do Japão. Merece depois um exame mais prolongado o caso de Formosa, "*já que os dados são excelentes e que este é apontado como o principal caso ilustrativo pelos patrocinadores das atuais políticas em áreas subdesenvolvidas*". Os esforços feitos neste país são analisados com cuidado e mostra-se com bastante agudeza porque o exemplo de Formosa não colhe. Após discursar longamente sobre Formosa, analisa-se a situação da Coreia do Sul, que depois de Formosa é o país mais citado como modelo de política demográfica baseada no planejamento familiar. Analisam-se também dados sobre o Punjab, a Tunísia, algumas aldeias asiáticas, Bangalore, San Salvador e sete cidades da América Latina. Finalmente, encerra-se o subtítulo acima citando dados de Bombaim, uma cidade que tem "*clínicas de controle de natalidade há muitos anos, e, não obstante isso, seu índice de natalidade, estandardizado por idade, sexo e distribuição conjugal, continua sendo de 34 por mil e tende a subir em vez de baixar. Ainda que este índice seja 13% mais baixo que o índice geral para a Índia, esta diferença existe aproximadamente desde 1951*".

É o planejamento familiar o "primeiro passo" para o controle populacional?

Reconhecer que o planejamento familiar não alcança o controle populacional não significa impugnar o seu valor para outros fins. O fato de libertar as mulheres da necessidade de terem mais filhos do que desejam beneficia muito a elas, aos seus filhos e à sociedade em geral. Os argumentos deste trabalho são dirigidos não contra os programas de planejamento familiar em si, mas contra a suposição de que constituem um meio eficaz de controlar o crescimento populacional.

Porém, que importa? Por que não se deveria aceitar o planejamento familiar durante algum tempo como uma maneira inicial de se tratar o problema do controle populacional? A resposta é que qualquer política em que se está gastando milhões de dólares deveria ser concebida de modo a alcançar o objetivo que pretende alcançar. Se é apenas um primeiro passo, deveria ser identificado como tal, e sua relação com o passo seguinte, e a natureza deste passo, deveriam ser cuidadosamente examinados. No caso atual, continuar a oferecer um remédio como cura depois que foi demonstrado que somente alivia a doença equivale a praticar a charlatanice ou a alimentação de ilusões. Hoje em dia o desejo de resolver o problema populacional é tão intenso que todos estamos dispostos a adotar qualquer "*programa de ação*" que prometa alívio. Mas o adiamento de medidas eficazes permite que a situação se agrave.

A necessidade de regulação da conduta individual pela sociedade reconhece-se de bom grado em outros esforços: o dos explosivos, drogas perigosas, propriedade pública, recursos naturais. Porém na esfera da reprodução, uma iniciativa individual completa costuma ser apoiada até mesmo por aqueles intelectuais liberais que em outros esforços se posicionam mais a favor do planejamento econômico e social. Reformadores sociais que não titubeariam em obrigar a todos os trabalhadores de uma indústria a filiarem-se a um sindicato se rebelam ante qualquer sugestão de que aos casais somente se permita ter um determinado número de filhos. Invariavelmente interpretam o controle da reprodução pela sociedade como uma supervisão policial direta da conduta individual. Coloque-se a palavra obrigatório ao lado de qualquer termo que descreva um meio de limitar os nascimentos, como por exemplo a esterilização obrigatória, o aborto obrigatório, o anticoncepcionismo obrigatório, e teremos garantida uma oposição violenta. Felizmente tais controles diretos não necessitam ser invocados, mas tanto os conservadores como os liberais passam por cima deste fato.

Que a ênfase exclusiva dada ao planejamento familiar nas políticas demográficas da atualidade não seja "*um primeiro passo*", mas sim uma evasão das situações reais é sugerido por dois fatos:

- a) *Nenhum país deu o "passo seguinte"*. Faz meio século que os países industrializados possuem planejamento familiar sem terem adquirido o controle nem das taxas de natalidade nem das taxas de crescimento populacional.

b) *O apoio e o fomento de pesquisas sobre política demográfica além do planejamento familiar é insignificante.* É precisamente esta obstaculização do pensamento e experimentação alternativos que faz da ênfase dada ao planejamento familiar um impedimento principal ao controle demográfico.

É óbvio que, se se deve prevenir o crescimento excessivo da população, será necessário impor, de alguma forma, limites à família. Entretanto, devido ao fato de que os cargos familiares são reforçados pelos sistemas de recompensas, castigos, sentimentos e normas da sociedade, qualquer proposta de se diminuir a posição da família é vista como uma ameaça, tanto pelos conservadores como pelos liberais. As pessoas são acusadas de tentar "*abolir*" a família, mas o que se necessita é uma restrição seletiva da família em relação ao resto da sociedade.

As linhas para tal restrição são sugeridas por duas limitações já existentes na fecundidade:

- a) Quase todas as sociedades conseguem diminuir de forma drástica a reprodução entre as mulheres solteiras;
- b) as sociedades adiantadas reduzem involuntariamente a reprodução entre as mulheres casadas quando as situações pioram em tal medida que o ter filhos representa um fardo mais pesado do que antes.

Em ambos os casos a causas são econômicas e motivacionais em vez de tecnológicas. Já que o período de reprodução da mulher é breve e geralmente mais fecundo na primeira metade do que na segunda, o adiamento do matrimônio para além dos 20 anos tende biologicamente a reduzir os nascimentos. Sociologicamente, dá às mulheres tempo para obter uma melhor educação, adquirir interesses não relacionados com a família e desenvolver uma atitude cautelosa com relação à gravidez. As pessoas que não se casaram antes dos 27 ou 29 anos, freqüentemente não se casam nunca.

Qualquer sugestão de que a idade do matrimônio deveria ser aumentada como parte de uma política demográfica costuma ser contestada pelo argumento de que "*mesmo que se promulgasse uma lei neste sentido, a mesma não seria respeitada*". É interessante notar que esta objeção pressupõe que a única maneira de se controlar a idade do casamento seja por meio da legislação direta, embora outros fatores determinem a idade real. A idade real é determinada não pela lei, mas por condições sociais e econômicas. Em sociedades agrícolas o adiamento do matrimônio, quando ocorre, é causado aparentemente por dificuldades em satisfazer os requisitos econômicos do matrimônio. Nas sociedades industrializadas é causada pela escassez dos gêneros alimentícios, pelo desemprego, pela obrigação do serviço militar no estrangeiro, pelos elevados custos da educação e pela inadequacidade dos serviços de consumo. Já que quase nenhuma pesquisa foi dedicada ao assunto, é difícil avaliar o peso relativo dos fatores que decidem a idade do casamento.

Outorgar maiores recompensas para os cargos não familiares do que para os familiares ajudaria como meio de se encorajar a limitação da reprodução dentro do matrimônio e também o adiamento do mesmo. Um modo muito simples de conseguir isto seria permitir que se atribuíssem vantagens econômicas às pessoas solteiras em contraposição às casadas, e às famílias pequenas em contraposição às grandes. O governo poderia pagar, por exemplo, às pessoas que se submetessem à esterilização, poderia pagar também todos os custos do aborto, poderia cobrar uma quantia voluptuosa para uma licença matrimonial, exigir que os casos de gravidez ilícitos fossem abortados. Menos espetacularmente os governos poderiam simplesmente reverter as políticas existentes que fomentam a procriação. Poderiam, por exemplo, deixar de conceder isenções fiscais especiais para os pais de família, reduzir as pensões familiares, revogar as legislações que proibem o aborto e a esterilização. Um método estreitamente relacionado para se retirar a ênfase dada à família seria a modificação da complementaridade dos papéis do homem e da mulher. Atualmente os homens podem participar no mundo mais amplo ao mesmo tempo em que se regozijam com a satisfação de ter diversos filhos porque o cuidado com a casa e com a educação das crianças pesa principalmente sobre as suas esposas. As mulheres são levadas a buscar este papel por causa de sua noção idealizada do matrimônio e da maternidade, reforçada seja pela escassez de papéis alternativos, seja pela dificuldade de combiná-los com os papéis familiares. Para modificar esta situação, poderia ser exigido que as mulheres trabalhassem fora de casa ou fazer com que fossem compelidas a isto pelas circunstâncias. O fato de que a inclusão das mulheres na força de trabalho tem um efeito negativo na reprodução é indicado por comparações regionais.

Conclusão.

Deveria agora ser claro porque, apesar de uma forte ansiedade para com o crescimento irrefreado da população, os programas reais que pretendem controlá-lo se limitam ao planejamento familiar e, por conseguinte, são ineficazes:

- a) O objetivo de crescimento zero da população, ou mesmo de um crescimento muito pequeno, é tal que as nações e os grupos acham difícil de ser aceito.
- b) As medidas que se requereriam para alcançar tais objetivos, ainda que não tão revolucionárias como as de uma utopia comunista, tendem, não obstante, a ofender a maioria das pessoas educadas nas sociedades existentes.

Em suma, o problema demográfico mundial não pode resolver-se simulando ou forjando-se ilusões. A identificação irreflexiva do planejamento familiar com o controle demográfico é uma tática de avestruz em que se permite que as pessoas escondam de si mesmas as dimensões descomunais e o caráter anti-convencional da tarefa.

3) *Comentário ao trabalho de K. Davis.*

A leitura deste trabalho, inserido em seu contexto histórico, levanta sérias dúvidas quanto à posição real de sua atitude diante do movimento do planejamento familiar. O autor dá a entender em seu trabalho que as posições que ele defende são vistas com hostilidade pelos responsáveis dos movimentos de planejamento familiar. Mas seriam as idéias que ele expressa realmente diferentes daquelas dos responsáveis por estes movimentos? Historicamente, quando se examina o que ocorreu no período imediatamente anterior e posterior ao aparecimento da polêmica suscitada por este trabalho verifica-se que, tenha ou não sido esta a intenção do autor, ele serviu como um trampolim diplomático para que os planejadores familiares, tão duramente criticados no texto, pudessem discutir estes fatos sem que parecesse que a iniciativa tivesse partido deles. Propositalmente ou não, foi uma oportunidade áurea, não desperdiçada, conforme veremos, pelas agências que lidavam àquela época com planejamento familiar e questões populacionais porque, à exceção da IPPF, a história do relacionamento destas agências e os governos das várias nações não lhes favorecia criarem uma imagem de idealizadores de semelhantes teorias.

As reações subseqüentes das entidades relacionadas com questões populacionais foram muito significativas a este respeito. À exceção da IPPF, que assumiu quase literalmente o programa sugerido por Kingsley Davis, os demais "*planejadores familiares*" de que fala o professor da Universidade da Califórnia se posicionaram, pelo menos no início, formalmente contra o trabalho publicado na *Science*. Mas, examinados mais atentamente, tais posicionamentos foram redigidos de uma forma bastante ambígua, não sendo possível descartar a conjectura de que assim o tivessem sido propositalmente. Além destes posicionamentos terem sido muito amplamente divulgados nos meios de comunicação especializados, o que contribuiu para a difusão ainda maior do trabalho de K. Davis, eles não se limitaram a afirmarem suas discordâncias do mesmo, mas apresentaram uma longa justificativa dos motivos que os levavam a discordar dos argumentos do professor. Ocorre porém que a análise destas justificativas mostra que na verdade elas mais servem para apoiar as idéias contidas no trabalho publicado na *Science* do que para impugná-las. É que na verdade a cúpula do movimento do planejamento familiar está muito mais preocupada com o controle demográfico do que com o direito das famílias ou das mulheres, e aos poucos todo ele passou a assumir mais abertamente as diretrizes sugeridas por K. Davis em 1967.

Outra observação também digna de note refere-se ao oportunismo histórico com que esta polêmica foi levantada. A clareza e a segurança dos conceitos enunciados por K. Davis mostra que este trabalho não era fruto de momento mas o resultado de uma linha de pesquisa que vinha sendo desenvolvida há muitos anos pela comunidade científica. Entretanto, a discussão mais franca e aberta destes temas só veio à luz quando o planejamento familiar já estava praticamente reconhecido como direito humano fundamental. Ao trabalho de K. Davis se seguiram vários outros na mesma linha.

